



Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica

ISSN: 1516-1498

ISSN: 1809-4414

Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica do
Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de
Janeiro - UFRJ

Santos, Maria Josefina Medeiros

SOBRE O POSSÍVEL PARENTESCO ENTRE O CANALHA E O PSICOPATA

Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica, vol. XXI, núm. 2, 2018, Maio-Agosto, pp. 244-254

Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica do Instituto
de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

DOI: 10.1590/S1516-14982018002010

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=376563126010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](http://www.redalyc.org)



Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

SOBRE O POSSÍVEL PARENTESCO ENTRE O CANALHA E O PSICOPATA

MARIA JOSEFINA MEDEIROS SANTOS**Maria Josefin
Medeiros Santos**

Universidade Federal
do Rio de Janeiro
(UFRJ), Doutora pelo
Programa de Pós-
Graduação em Teoria
Psicanalítica, Rio de
Janeiro/RJ, Brasil.

RESUMO: Busca-se demonstrar como a posição canalha, tal como foi concebida por Lacan e Jacques Alain Miller, pode ser uma chave de leitura para o fenômeno representado pela psicopatia. Ao aproximarmos o canalha do psicopata, é-nos possível extrair norteamientos teóricos e, principalmente, clínicos, uma vez que toca diretamente na advertência lacaniana de que devemos negar a psicanálise aos canalhas, bem como os motivos que o levaram a tal conclusão.

Palavras-chave: canalha; psicopata; diagnóstico; tratamento.

ABSTRACT: About the possible relationship between the scoundrel and the psychopath. We aim to demonstrate how the scoundrel position, such as it was conceived by Lacan and Jacques Alain Miller, can be a key of comprehension to the psychopathic phenomenon. As we approximate the scoundrel to the psychopath, it is possible to extract theoretical guidance and mainly clinical, once it touches directly in the lacanian direction of denying the psychoanalysis to the scoundrel and also the reasons that led him to that conclusion.

Keywords: scoundrel; psychopath; diagnoses; treatment.

DOI - <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982018002010>

Todo o conteúdo deste periódico, exceto onde estiver identificado, está licenciado sob uma Licença Creative Commons (cc by 4.0)

A psicopatia e a canalhice, embora suscitem grande curiosidade no público em geral, não são comumente tratadas de um modo sistemático e rigoroso pela psicanálise. Esta comumente ignora a grande riqueza teórica e clínica que é possível extrair da diáde em questão, cegando-se para manifestações de inegável relevância na atualidade. De antemão, já alertamos o leitor que não consideramos os dois termos como sinônimos, como se fossem manifestações equivalentes. Buscamos demonstrar que alguns casos considerados como psicopatia podem revelar uma posição canalha, tal como demonstraremos. Daí a concepção de que existe um parentesco possível entre esses dois termos.

A psicanálise, por valorizar uma clínica na qual o sujeito é o protagonista que transmite um saber sobre o seu sofrimento, deixa de lado etiquetas diagnósticas que amiúde enquadram e silenciam o indivíduo, fato que, em certa medida, explica o porquê de seu retraimento em empreender pesquisas sobre a psicopatia. Somado a isso, a psicopatia não coincide com nenhuma das entidades nosológicas da clínica estrutural (neurose, psicose e perversão), o que torna ainda mais difícil a sua operacionalização.

A despeito disso, é fundamental situarmos o leitor quanto ao modo como a psicopatia é compreendida pela psiquiatria contemporânea, uma vez que essa compreensão será necessária para defendermos a hipótese de que há um parentesco entre a psicopatia, ou Transtorno de Personalidade Antissocial, tal como foi reclassificada pelo DSM, e a canalhice.

De acordo com o DSM IV-TR (2000), o Transtorno de Personalidade Antissocial tem como característica essencial “um padrão global de desrespeito e violação dos direitos alheios, que se manifesta na infância ou no começo da adolescência e continua na vida adulta (...)” (DSM IV TR, 2000, p. 656). Ele estabelece sete critérios diagnósticos para o transtorno:

- (1) Incapacidade de adequar-se às normas sociais com relação a comportamentos lícitos, indicada pela execução repetida de atos que constituem motivo de detenção.
- (2) Propensão para enganar, indicada por mentir repetidamente, usar nomes falsos ou ludibriar os outros para obter vantagens pessoais ou prazer.
- (3) Impulsividade ou fracasso em fazer planos para o futuro.
- (4) Irritabilidade e agressividade, indicadas por repetidas lutas corporais ou agressões físicas.
- (5) Desrespeito irresponsável pela segurança própria ou alheia.
- (6) Irresponsabilidade consistente, indicada por um repetido fracasso em manter um comportamento laboral consistente ou de honrar obrigações financeiras.
- (7) Ausência de remorso, indicada por indiferença ou racionalização por ter ferido, maltratado ou roubado alguém.

Ademais, para que um indivíduo receba o referido diagnóstico, é preciso que estejam evidenciados no mínimo três dos sete critérios acima, sendo indispensável que o mesmo tenha no mínimo dezoito anos, tenham existido evidências de transtorno de conduta com início antes dos quinze anos e que a ocorrência do comportamento antissocial não se dê exclusivamente durante o curso de esquizofrenia com episódio maníaco¹.

Na dissertação que deu origem ao presente artigo (*Sob o véu da psicopatia...*, SANTOS, 2013), há todo um capítulo dedicado à evolução histórica do conceito representado pela psicopatia. Uma vez que o conceito em questão sofreu várias reformulações, não sendo possível aqui explicitá-las, convidamos o leitor que tiver a curiosidade de apreender essa discussão de um modo mais amplo a consultar a referida dissertação.

A canalhice, por sua vez, não é um diagnóstico como a psicopatia. No entanto, a psicanálise não se furtou por completo a discorrer sobre ela, havendo menções pontuais ao “canalha” e à “canalhice” em elaborações lacanianas e millerianas.

Embora a possível associação entre o psicopata e o canalha não seja, por si só, evidente, podemos observar alguns elementos que os aproximam. Buscaremos demonstrar o modo como Lacan e Jacques Alain Miller se aproximaram da posição canalha para, em seguida, aproximá-la da psicopatia, buscando evidenciar que a canalhice pode ser considerada um avatar da psicopatia, ou melhor, uma chave de leitura para este fenômeno amiúde embebido de atributos moralistas, pejorativos, estigmatizantes e segregatórios.

1 O CANALHA LACANIANO

Lacan faz referência ao canalha apenas em duas circunstâncias. A primeira delas se encontra em *O saber do psicanalista*, trabalho articulado no livro *Estou falando com as paredes* (1971-1972/2011), e a segunda está presente em *Televisão* (1974/1993). Na nota liminar da edição francesa do *Saber do psicanalista*, é-nos dito que o trabalho em questão foi proferido na capela do Hospital Saint-Anne e tinha o objetivo de retomar um contato mais direto com os jovens psiquiatras. A lição VII, pronunciada em primeiro de junho de 1972 é a que nos interessa especialmente, uma vez que há nela um longo excerto acerca do canalha.

O referido trecho se insere em uma discussão a respeito dos quatro discursos articulados por Lacan – o discurso do mestre, da histérica, da universidade e do psicanalista – sendo este último o que recebeu maior destaque na ocasião. Embora seja uma citação longa, acreditamos ser necessário expô-la integralmente, uma vez que será importante para a compreensão das articulações que virão a seguir. Em tal elaboração, que toca na questão da psicanálise didática, o psicanalista discorre:

Eu já falei do que se passa na psicanálise, deve-se todo mundo precisar realmente de certos pontos que já abordei; portanto creio termos chegado a um ponto que me permite tratá-lo brevemente; é que é o único discurso – e rendamo-lhe homenagem – no sentido em que cataloguei quatro discursos, é o único que é tal que a canalhice leva necessariamente à imbecilidade. Se se soubesse de imediato que alguém que vem pedir a vocês uma psicanálise didática é um canalha, diriam a ele: “Nada de psicanálise para você, meu caro! Você se tornaria um bobo [...] É necessário quando uma psicanálise é levada até o fim, o que é menor das coisas para a psicanálise didática. Se a psicanálise não é didática, então é uma questão de tato, vocês devem deixar para o cara bastante canalhice para que ele se safe daí por diante convenientemente. É propriamente terapêutico, vocês devem deixá-lo sobrenadar. Mas para a psicanálise didática, não podem fazer isso, porque Deus sabe em que daria. Suponham um psicanalista que permaneça canalha, isso assombra o pensamento de todo mundo. Fiquem tranquilos, a psicanálise, contrariamente ao que se crê, é sempre verdadeiramente didática, mesmo quando é alguém idiota que a pratica e direi até que, quanto mais, melhor. Enfim, o maior risco é ter psicanalistas idiotas. Mas é como acabo de dizer, afinal, semiconveniente, porque de todo modo, o objeto *a* no lugar do semblante é uma posição que pode sustentar-se. Eis aí? Pode-se ser idiota de origem também. É uma distinção bastante importante. (LACAN, 1972/2001, p. 119)

No trecho acima, Lacan chega a dizer que haveria quase que um quinto discurso que, ainda que não tenha sido trabalhado por ele como os quatro já citados, parece-lhe bastante relevante: o discurso do canalha. A importância de tal discurso se assenta no campo da formação de um analista. O autor afirma, de modo categórico, que não devemos aceitar um canalha em análise, principalmente quando essa tem o escopo da psicanálise didática².

² Faz-se profícuo explicitar brevemente o que configura uma psicanálise de cunho didático. Não foi Lacan o responsável por conceber o termo e a ideia que subjaz à referida sorte de psicanálise. Gustav Jung, autor que foi alvo de grandes críticas por parte de Lacan, foi quem primeiro articulou, em 1922, a ideia da imprescindibilidade de que toda pessoa que quisesse praticar a psicanálise se submetesse primeiro a ela. A análise didática foi alvo de grandes críticas, sendo inúmeras as contestações a ela dirigidas, principalmente quando, em 1925, ela foi tornada uma exigência na formação dos psicanalistas pelo então presidente da IPA (*International Psychoanalytical Association*).

Retomando a questão da canalhice, Lacan diz que uma análise não seria aconselhável a um canalha, especialmente se essa tiver o cunho didático. Contudo, Lacan sublinha que, tal como foi exposto, não é possível saber se uma análise é a princípio didática, afinal, ela pode ser apenas de cunho terapêutico. Lacan afirma que uma análise didática, quando aplicada a um canalha, faria dele um “bobão”, um “idiota”. Lacan aconselha, por fim, que seria mais interessante para a comunidade analítica incitar a análise de cunho terapêutico em tais casos, fazendo com que o canalha escapasse, “sobrenadasse” do âmbito da psicanálise com sua quota suficiente de canalhice. O autor afirma que nada seria mais assustador que uma análise executada por um canalha. Caso este viesse a concluir a sua análise didática, iríamos nos deparar com um idiota que, embora menos inofensivo que um canalha-psicanalista, traria, igualmente, um grande desserviço à prática psicanalítica.

O outro contexto no qual Lacan se refere ao canalha encontra-se em um trabalho ímpar na obra do autor. O trecho a seguir está articulado em *Televisão* (1974/2003), obra que condensa elaborações formatadas em um livro, muito embora a proposta inicial tenha sido a de uma transmissão televisiva do pensamento lacaniano. *Televisão* é, de fato, uma entrevista realizada com Lacan que foi veiculada pela televisão francesa em 1974. O entrevistador era ninguém menos que Jacques Alain Miller, seu genro e discípulo, bem como detentor dos direitos autorais da obra lacaniana e grande propagador da mesma.

Em *Televisão*, Lacan é provocado a responder indagações formuladas com o intuito de abordar um amplo leque de elementos essenciais à teoria e prática psicanalíticas. Em um texto bastante denso e rico, Lacan responde às indagações propostas por Miller com acentuado grau de prolixidade, eloquência e humor, não se furtando em respondê-las, amiúde de modo truncado e, por vezes, obscuro. *Televisão* é um texto bastante complexo, não sendo-nos uma prioridade abordá-lo em seus pormenores. Iremos fazê-lo do modo como viemos trabalhando, ou seja, nos focando nos elementos que podem esclarecer o problema aqui proposto: a psicopatia e sua possível articulação com a canalhice.

É a partir da pergunta “Que devo fazer?”³ que Lacan acaba chegando, novamente, no ponto por ele abordado um ano antes e que se encontra resgatado acima. Mais uma vez, o autor fala a respeito da necessidade de se recusar a psicanálise aos canalhas. Novamente, pedimos licença ao leitor para expor mais uma vez uma citação um tanto longa. Contudo, tal como anteriormente, tal movimento será necessário para as elaborações ulteriores. Lacan divaga:

A psicanálise permitir-lhe-ia esperar, seguramente clarificar o inconsciente do qual o senhor é sujeito. Mas todos sabem que aí não encorajo a ninguém, ninguém cujo desejo não esteja decidido. [...] E ainda mais, desculpe-me por falar de senhores de má companhia, penso que é preciso recusar o discurso psicanalítico aos canalhas: é certamente isso que Freud disfarçava com um pretenso critério de cultura. Os critérios de ética infelizmente não são mais seguros. Seja como for, é a partir de outros discursos que eles podem ser julgados, e se ousar articular que a análise deve ser recusada aos canalhas é porque os canalhas se tornam burros, o que é certamente uma melhora, mas sem esperança para retomar seu termo. [...] Além do mais, o discurso

Lacan foi um dos maiores oponentes da psicanálise didática nos termos em que fora elaborada pelos membros da IPA. Em 1964, quando da fundação de uma escola de psicanálise dissociada da IPA, o psicanalista francês aboliu a clássica distinção entre análise pessoal (ou terapêutica) e psicanálise didática, extinguindo o regulamento imposto pela IPA que obrigava os candidatos a analistas a escolherem seus didatas em uma lista previamente estabelecida. Tal abolição tinha o intuito de estremecer um curso prescrito, tornando o psicanalista livre para escolher o psicanalista a partir de seus critérios. Com isso, Lacan demarcou o fato de que uma análise não precisaria ser pensada *a priori* como uma psicanálise didática; esta poderia se configurar ou não a partir do curso da análise (ROUDINESCO; PLON, 1998). A partir dessa linha de pensamento, Lacan delineia a ideia do “passe”, termo que designa a passagem de um analisando a analista, a partir do testemunho do passante dirigido à escola de psicanálise. Desse modo, ainda que Lacan tenha mantido a terminologia referente à “psicanálise didática”, ele o fez a partir de seus próprios termos, articulando-a à ideia do passe.

³ Nesse momento de *Televisão*, Miller repete as três perguntas consideradas fundamentais por Kant em sua filosofia: “Que posso saber? Que devo fazer? Que é-me permitido esperar?” (LACAN, 1973/1993, p. 63).

analítico exclui o senhor que já não esteja na transferência, por demonstrar essa relação com o sujeito suposto saber – que é uma manifestação sintomática do inconsciente. (LACAN, 1974/1993, p. 74-75)

A partir dos dois trechos citados acima nos quais Lacan faz menção ao canalha, não nos é evidente de que maneira podemos relacioná-lo ao psicopata. Para isso, faz-se necessário, antes de articularmos a canalhice e a psicopatia, determo-nos à etiologia e ao significado da palavra “canalha”.

2 O CANALHA E O CÍNICO

“Canalha” vem do latim *canalia* que significa “bando de cães”. A partir de várias fontes, encontramos diversos significados subjacentes à referida palavra, entre elas: ralé, ínfima plebe, patife, vulgar, infame, velhaco, desleixado, travesso, exemplo de pessoa desonesta, desprezível, vil e sem moral. Em relação à origem latina da palavra, cabe aqui uma consideração que nos parece fundamental, a saber, a relação do *canalia* com o cinismo.

O cinismo foi uma corrente filosófica fundada por um dos discípulos de Sócrates, Antístenes. Contudo, a figura mais célebre dessa escola foi Diógenes de Sínope. A essência dessa filosofia se baseava no desapego aos bens materiais, bem como na ousadia do falar e pela ação impudorada. A ascese e a virtude seriam meios para se alcançar a felicidade. O cinismo era mais do que uma forma de pensamento, tratava-se de uma retórica performativa na qual o cínico expressava, em atos, o seu lema de “viver conforme a natureza” (AUDI, 1995/2011).

Diógenes era mestre nessa retórica performativa, tornando-se uma figura lendária ao agir de uma maneira bastante extravagante e bizarra, quebrando os padrões de convivência compartilhados pelos atenienses. Há várias anedotas nas quais Diógenes teria sido visto pelas ruas de Atenas andando com uma lamparina em plena luz do dia, dizendo que estava procurando por um homem honesto... Também há relatos nos quais Diógenes (que adotava uma vida de mendicância) pedia dinheiro para estátuas, alegando que o fazia, pois, com tal conduta, continuava a não ser visto e pelo fato de acostamá-lo a não receber algo de alguém, atitude que sublinhava a sua ânsia pela virtude da independência. Também há indícios de que Diógenes vivia dentro de um tonel de vinho, modo de vida que vangloriava a autossuficiência e o abandono completo de apetrechos externos considerados desnecessários.

Para Diógenes, o homem poderia aprender sobremaneira com o cão, animal admirado pelos cínicos, pois é capaz de viver em qualquer lugar, uma vez que se alimenta de qualquer coisa e é hábil em identificar imediatamente o que temer e o que amar. A temática do cão é bastante comum na escola cínica, sendo o próprio termo “cínico” advindo da palavra *kynos* que, em latim, significa “cão”.

Ricardo Goldenberg, psicanalista argentino que se estabeleceu em São Paulo, escreveu um ensaio denominado *No círculo cínico ou Caro Lacan, por que negar a psicanálise aos canalhas?* Neste, Goldenberg defende a ideia de que o discurso do cínico vem dominando as nossas relações sociais. Para o autor, a máxima “levar vantagem em tudo” substituiu a moral kantiana que regia: “Age como se a máxima de tua ação devesse tornar-se, através da tua vontade, uma lei universal”. Goldenberg crê que o cinismo é um modo de ser e de estar na civilização atual, modo decorrente do desenvolvimento do capitalismo na alta modernidade. Goldenberg afirma que o cinismo:

É também uma modalidade de vínculo social caracterizado pela manipulação, sendo que, embora se acredite livre, o manipulador não está menos preso que o manipulado na trama instrumental. É finalmente (...) uma relação com o inconsciente tal que ele só existe para os outros, o que faz com que o interessado se imagine autônomo, livre de qualquer outra determinação que não sua boa ou má vontade. (GOLDENBERG, 2002, p. 14-15)

O autor complementa que a fruição dessa manipulação do semelhante caracteriza-se como o próprio deleite do canalha. Goldenberg encara a canalhice como uma patologia do cinismo, uma vez que o cínico, como tal, não é necessariamente um canalha. Embora o cínico e o canalha possuam um parentesco, já que

ambos se configuram como “saídas possíveis em frente da evidência de que o Outro do saber não é nada” (*ibidem*, p. 37), eles se distinguem à medida que o canalha age de modo a tirar proveito da “credulidade neurótica”, da ingenuidade do indivíduo neurótico. O canalha não resistiria à tentação de manipular o outro e de se eximir das consequências de tal manipulação. Goldenberg afirma que, muitas vezes, o canalha procura um psicanalista para que justifiquemos as suas condutas, para que o “freudexpliquemos” (*ibidem*, p. 50), para desaboná-los de suas ações vis.

Goldenberg faz menção ao uso que o político Paulo Maluf fez do lema “rouba, mas faz”, vendo nesse estratagema a perfeita ilustração da canalhice. Com essa bandeira, Maluf escancara a sua desonestidade, mas desabona-se à medida que a utiliza como uma justificativa para manipular e usufruir ilegalmente do bem público. Ela supera o cinismo, pois é a verve cínica posta em ato, ato inegavelmente manipulador da crença e da boa fé daqueles que nele votaram, sendo, portanto, a quintessência da canalhice.

3 O PARENTESCO ENTRE O CANALHA E O PSICOPATA

O canalha e o psicopata são, em suma, figuras nas quais é possível entrever um parentesco. Nestor Yellati, em um texto intitulado *Psicópata, antisocial, canalla* (2008), define a posição canalha a partir do momento em que um sujeito ocupa o lugar do grande Outro em relação aos pequenos outros⁴. Tal definição em parte se superpõe a certas descrições do psicopata, uma vez que a ele também se atribui a capacidade de manipular o outro. O psicopata, tal como o canalha, tem a capacidade de, ao ocupar o lugar de grande Outro, mandar sobre o desejo e o gozo do pequeno outro.

No entanto, o autor faz uma diferenciação que nos parece essencial: enquanto o canalha se coloca na posição de grande Outro, o perverso se coloca na posição de objeto para gerar angústia no outro (YELLATI, 2008). É importante demarcar, de antemão, a existência de três formas de gozo a serem distinguidas: o gozo perverso, o gozo canalha e o gozo do psicótico em uma modalidade sádica⁵, este último, muitas vezes tratado como um psicopata. No primeiro, o perverso se coloca no lugar de objeto para dividir o Outro, para lhe causar angústia. No segundo, o canalha se coloca no lugar de grande Outro para mandar e legislar sobre o desejo do Outro. Já no gozo do psicótico sádico, o sujeito faz as vezes de grande Outro, porém, diferentemente do canalha, ele não o é. Pelo contrário, ele é o próprio objeto, estando identificado especularmente com sua vítima que, na dinâmica em questão, é lançada ao estatuto de objeto. Desse modo, observamos modos de gozo distintos, diferentes matizes em relação a ele que nos parecem contribuições teóricas e clínicas preciosas.

Jacques Allain-Miller também faz menção ao canalha. O autor, ao se referir a tal figura, toma outro exemplo que, para ele, é também paradigmático. O autor diz que “Stalin era um grande canalha”, pois nele se observava:

Nenhum escrúpulo, nenhuma decência, sem vacilação, sem falta-a-ser, o homem de aço, o perfeito canalha, o intocável, fechado em si mesmo, o esplendor do canalha, seu brilho maléfico provém de quem não possui alteridade. O canalha não aceita o Outro com maiúscula, ele é o Outro com maiúscula. Ele não tem o Outro com maiúscula, não aceita ao Outro com maiúscula que não é mais que ficção – ele não é nenhuma ficção -,

⁴ Há uma diferença crucial na teoria lacaniana entre “outro” e “Outro”. O primeiro diz respeito aos outros empíricos, ou seja, àquele lugar ocupado pelo outro imaginário, pela alteridade especular. É com esse outro que estabelecemos nossas interações sociais mais diretas. O “Outro”, por seu turno, se constitui com um sistema estrutural de leis que organizam previamente a maneira como o “outro” se apresenta (SAFATLE, 2007). No *Seminário 2*, Lacan introduz pela primeira vez o termo *grande Outro*, distinguindo-o do *pequeno outro*: “Há dois outros por distinguir, pelo menos dois – um outro com maiúscula e um outro com minúscula, que é o eu. O Outro, é dele que se trata na função da fala” (LACAN, 1955, p. 198).

⁵ Tal modalidade de gozo é sistematicamente abordada na dissertação que deu origem a este artigo, intitulada *Sob o véu da psicopatia...* (SANTOS, 2013) O leitor pode encontrar nesse trabalho uma elaboração mais longa a respeito do modo de gozo presente na psicose sádica e sua relação com a psicopatia. Nessa dissertação, defendendo a hipótese de que muitos casos diagnosticados como psicopatia, são, de fato, psicoses com uma dinâmica bastante particular.

nem aos pequenos outros que não valem nada. Não se trata de narcisismo, por que para Narciso faz falta a cena do espectador. Tampouco podemos chamá-lo de cínico, elevada *asceses* espiritual e higiênica. (MILLER, 1995-1996/2001, p. 184)

Como é possível observar, autores de orientação lacaniana (GOLDENBERG, 2002; YELATTI, 2008 e MILLER, 1995-1996) se debruçaram sobre o problema representado pelo canalha encarando este como uma importante figura discursiva. Seja com Maluf ou com Stalin, essa forma discursiva traz o colorido da malandragem e da manipulação do desejo do Outro. O canalha cria uma legislação própria, encarna a lei e regozija-se ao fazer uso das normas criadas por ele e que apenas lhe beneficiam.

As teorizações relativas ao canalha parecem-nos extremamente interessantes no âmbito da psicopatia. É possível pensar que o psicopata, antes de criminoso, tal como muitos o limitam, pode ser um canalha. Maluf e Stalin podem ser exemplos bastante ilustrativos de grandes psicopatas criminosos, mas reparem que, quando falamos em psicopatia, essas figuras não são os mais óbvios exemplares a surgirem em nossas mentes, uma vez que não são considerados homicidas monstruosos. É inegável que o mal causado por Maluf foi tão severo quanto o ceifamento de vidas e, no caso de Stalin, não há dúvidas de que ele tenha sido responsável pela morte de milhões de pessoas, sendo o autor direto de muitas delas.

Curioso é que ambas as figuras citadas como canalhas estão situadas no âmbito político, fato que nos leva à seguinte indagação: estaria o senado, as assembleias legislativas, as câmaras de vereadores etc. mais abastecidas de psicopatas que as nossas cadeias, penitenciárias e centros de internação para adolescentes e jovens adultos⁶? Seria um político corrupto um exemplar mais ilustrativo do psicopata que um *serial killer*, por exemplo?

Embora não possamos fornecer uma resposta conclusiva em relação à indagação acima, é-nos possível dizer que a canalhice pode se configurar com uma espécie de modelo explicativo da psicopatia; porém, não seria o único. A canalhice e sua particularidade de gozo não seriam, a nosso ver, a melhor forma de explicar o fenômeno dos assassinatos seriais nos quais há, em grande parte da literatura criminológica, a perfeita ilustração da psicopatia. Acreditamos que, em muitos casos, a “psicopatia”, em sua versão homicida, pode ser mais bem explicada pela presença de uma psicose que se estabiliza por meio de suplências perversas.⁷

Voltemos à senda lacaniana, certamente mais densa que as trilhadas pelos seus sucessores. Retomemos, então, o porquê da recusa lacaniana em aceitar um canalha em análise. Podemos pensar que essa recusa se assenta em três princípios fundamentais:

1. no fato de não torná-lo um “idiota”;
2. no fato de que ele não está aberto ao inconsciente, e, conseqüentemente, à transferência; e
3. no fato de não instrumentalizá-lo com o saber que se adquire na análise.

Trabalhemos o primeiro motivo. Quando Lacan fala da recusa em aceitar os canalhas em análise, ele diz que tal ato deve se assentar no fato de não permitir que se idiotizem. Seria, para Lacan, melhor um canalha do que um idiota? Novamente, nos vemos em um imbróglio, pois não é possível afirmar inequivocamente de que idiota Lacan nos fala. Mais uma vez, podemos contar com o auxílio de seus comentadores. É possível pensar que o idiota mencionado por Lacan é o idiota Eichmanniano. É do idiota enquanto um ser banal que fala Lacan. É novamente Ricardo Goldenberg quem nos deixa a dica, dizendo que:

⁶ Algumas das conclusões articuladas nesse tópico foram propiciadas pela participação da pesquisadora no Estágio em Docência realizado com a Prof^a Dr^a Márcia Rosa. A disciplina ministrada pela professora na graduação do Departamento de Psicologia da UFMG, intitulada *Um possível tratamento da psicopatia* (segundo semestre de 2011), foi de grande valia na articulação do presente trabalho, sendo fundamental reconhecer o mérito da professora nesse sentido.

⁷ A questão relativa ao uso de suplências perversas na psicose é uma ideia de um psicanalista contemporâneo e de orientação lacaniana, chamado Jean Claude Maleval (2010). Na dissertação que deu origem a este artigo, tal ideia é sistematicamente tratada no terceiro capítulo.

Lacan pensa, em todo caso, que viram burros [os canalhas] (eis o motivo aduzido para negar-se a psicanalisá-los). O adjetivo presta-se ao equívoco ao introduzir um duvidoso ar inofensivo, porque a obtusidade em que se está pensando não é a de um príncipe Léon Nikolaievich⁸, mas a de um Adolf Eichmann. (GOLDENBERG, 2002, p. 36)

Não há como falarmos de Adolf Eichmann sem nos reportarmos a Hanna Arendt. Esta autora, de origem judia, buscou abordar a temática do mal a partir da ética e da política, superando os resquícios religiosos que não raro contaminam essa questão. Inspirada pela noção kantiana de “mal radical”⁹, Arendt pretendeu compreender as raízes da violência eclodida durante a Segunda Guerra Mundial, sendo os crimes nazistas o aspecto mais terrificante do horror deflagrado.

A autora elabora então a noção da “banalidade do mal”, ou seja, a ideia de que o mal não é algo absoluto e com raízes profundas, mas que ele comporta certa banalidade. Tal noção é fruto de reflexões posteriores ao julgamento de Adolf Eichmann, um dos maiores criminosos de guerra que já existiram. Arendt, tocada pelo terror da Segunda Guerra Mundial, decide comparecer a esse julgamento, realizado em 1963 em Jerusalém.

A autora pensava que lá iria encontrar “um homem no mínimo perverso ou até mesmo um exemplar da malignidade humana” (SOUKI, 1998, p. 37). Contudo, ela se depara com alguém “absolutamente comum, que apenas poderia ser caracterizado como tendo um ‘vazio de pensamento’.... Eichmann não era um monstro, mas um homem com extremo grau de heteronomia, um indivíduo que era um produto típico do Estado totalitário” (*idem*). Com esse breve recorte, buscamos demonstrar que havia em Eichmann uma banalidade tão profunda, uma sujeição tão cega e um “vazio de pensamento” tão enraizado que não teríamos grandes problemas em denominá-lo de “idiota”.

Talvez um canalha seja menos nocivo que um idiota como Adolf Eichmann, caso ele não acatasse ordens tão cegamente. No entanto, a partir de um ângulo distinto, um canalha seria capaz de dar ordens a um idiota, afinal, como pudemos observar, é isso que ele faz com grande maestria: manipula o outro. Não é fortuito o fato de que Miller tenha trazido o exemplo de Stalin para ilustrar o perfeito canalha. Stalin era exímio em dar ordens, insurgindo-se contra aqueles que não o acatavam, seja mandando-os para o exílio, seja executando-os friamente.

Em uma biografia de Josef Stálin recentemente traduzida para o português, *O jovem Stálin* (2008), o historiador e escritor inglês Simon Sebag Montefiore nos mostra episódios da vida do ditador que ilustram a sua “canalhice”. Há trechos na biografia nos quais o autor se refere à espécie de quotas de homicídios que deveriam ser preenchidas pelos administradores regionais russos, uma vez que Stalin acreditava que seu país deveria punir com severidade quem quer que não seguisse a sua política balizada pelos princípios socialistas. Stalin mandava executar, sem qualquer pudor, lavradores que escondiam comida, uma vez que eles tinham o dever de repassar uma porcentagem da produção de alimentos para o Estado, ainda que, muitas vezes, estivessem passando fome. Também há o relato de um episódio no qual Stalin manda matar todos os familiares de sua esposa, após esta ter cometido suicídio. Acredita-se que Nadezhda Alliluyeva tenha tirado a sua própria vida por não mais aguentar os abusos e violências a ela dirigidas pelo marido. Stalin mata a família de Nadezhda, pois não queria que a população russa ficasse sabendo que sua esposa se suicidou. O ditador, para mascarar o suicídio de sua mulher, emitiu uma mensagem oficial de que ela teria morrido de uma grave doença.

⁸ Esta é uma referência aos personagens de León Tolstói, também conhecido como príncipe Léon Nikolaievich (pois tinha uma origem nobre), uma vez que eram comuns os personagens em suas obras que retratavam indivíduos parvos e idiotas, normalmente advindos de nobreza czarista.

⁹ A doutrina kantiana do mal radical surgiu em 1793, na primeira parte da obra *A religião dentro dos limites da simples razão*. A ideia do mal radical residia na concepção de uma natureza má do homem. Para Kant, “o mal radical é o próprio diabo que reside em nós, condenando o imperativo categórico a ser apenas uma lei puramente formal da qual o poder radical do mal tira toda a sua eficácia” (SOUKI, 1998, p. 18).

Dessa forma, a pergunta colocada algumas linhas acima ainda permanece sem resposta. Um idiota pode ser tão nocivo quanto um canalha, a depender de seu compromisso com a idiotice - no caso de Eichmann, o seu compromisso com a doutrina nazista. Um canalha pode ser tão nocivo quanto um idiota, a depender de seu compromisso com a canalhice; no caso de Stalin, o seu compromisso com a *sua* leitura do socialismo. Podemos dizer que poucos idiotas foram tão idiotas quanto Eichmann, assim com poucos canalhas o foram como Stalin. Estamos falando aqui de exemplos extremos - talvez um canalha medíocre seja mais nocivo que um idiota medíocre.

Digressões à parte, é importante destacar que Lacan nos dá balizas clínicas, mais precisamente norteamentos em relação à direção do tratamento (ou a recusa em fazê-lo). O psicanalista não deve receber um canalha em análise sob o risco de idiotizá-lo, e, quando é idiotizado, não queremos ver um idiota ocupando a posição de analista, tampouco carregando a bandeira da causa analítica.

O segundo motivo reside, como já falamos, no fato de que o canalha não está aberto ao inconsciente, e, conseqüentemente, à transferência. Lacan explicita esta suposição no trecho já resgatado acima, qual seja: “o discurso analítico exclui o senhor que já não esteja na transferência, por demonstrar essa relação com o sujeito suposto saber – que é uma manifestação sintomática do inconsciente” (LACAN, 1974/1993, p. 75). O senhor, no caso, se trata do canalha, uma vez que é sobre ele que Lacan, naquele momento, discorre em *Televisão*.

Como Goldenberg nos diz, tanto o cínico quanto o canalha expressam a inexistência do Outro e, a partir disso, são incapazes de supor saber ao psicanalista. O sujeito suposto saber tem um papel fundamental na teoria lacaniana, sendo considerado por Lacan o “pivô”, ou seja, o eixo a partir do qual se articula a transferência e, como consequência, todo o processo analítico: “Desde que haja em algum lugar o sujeito suposto saber – S.s.S - há transferência” (LACAN, 1964/1985, p. 222).

Lacan nos evidencia que o saber que o analisando supõe ao analista é o saber sobre o seu sofrimento, o saber sobre o seu inconsciente, o saber sobre o seu gozo e sobre o seu desejo. À medida que o canalha encarna o próprio saber, ele se desabona de seu inconsciente, achando-se “esperto” ou “malandro” demais para ser enganado pelos tropeços, pelos atos falhos, pelos lapsos, pelos aturdimentos, pelos sonhos; ou seja, pelas peças que o inconsciente nos prega. Como diz Goldenberg, o canalha só recorre ao analista para que seja “freudexplicado”, ou seja, para que o analista o exima de suas canalhices, movimento que deve ser rejeitado peremptoriamente pelo psicanalista.

Nesse ponto, julgamos necessário retomar as contribuições de Jean Claude Milner em um de seus livros, intitulado *Os nomes indistintos* (2006). Ao discutir as chamadas “classes paradoxais”, Milner defende a ideia de que, a despeito de nossas tentativas de formar classes e nomeações que visem abarcar a totalidade do sujeito, há neste uma multiplicidade, uma irrepresentabilidade, uma indistintabilidade que insiste em escapar; ou seja, há o real. A psicanálise, ainda que faça uso de nomeações como “neurótico”, “perverso”, “histérica”, “obsessivo” etc., precisa saber que se trata aí apenas de semblantes: “algo, para além, subsiste e não está esgotado na classe representável. Algo que diz, mas não o que os neuróticos têm de mutuamente substituível e sim o que cada um deles tem de insubstituível” (MILNER, 2006, p. 91). O autor sublinha que cada sujeito é constituído por um desejo que não o discerne e tampouco lhe confere uma propriedade manejável. E é justamente no campo do desejo que o canalha surge e mostra a sua marca. Para Milner, o canalha é aquele a quem falta o desejo.

“De repente, o olhar se apaga, o ouvido se fecha, a boca se faz simples fonte de barulho. Não há desejo, diz-se, só há demandas; não há real, só há realidade; não há sujeito, só há condutas; não há singulares, há apenas gerais e particulares, é a litania do Laço, na qual o sujeito repete sua devoção doravante exclusiva ao que faz representação. O nome dessa paixão é a canalhice, que não é o castigo da renúncia a desejar, mas essa renúncia mesma. Pela canalhice, o sujeito vê, mas não olha; ouve, mas não escuta; encontra e reconhece, mas não quer saber nada disso. (MILNER, 2006, p. 97)

Embora, a partir do excerto acima, pareça que Milner conceba a canalhice de um modo um tanto distinto do que viemos discutindo, tal impressão é equivocada. O autor em questão atesta, com um estilo que lhe é bastante próprio, o já citado conselho lacaniano de que devemos negar a psicanálise ao canalha. Os seus dizeres só avultam a orientação lacaniana, uma vez que o canalha, fechado ao real, ao inconsciente e ao desejo, não deixa espaço para a psicanálise e sua ética. Em meio às impossibilidades de representações irredutíveis, o canalha é aquele que empunha um significante supremo, blindado às multiplicidades do real.

Retomando a senda talhada por Lacan, há também outro motivo para que o canalha procure a análise, e essa razão se articula ao terceiro princípio para que ele seja recusado no contexto analítico. O motivo se associa ao fato de o psicanalista não dever instrumentalizá-lo com o saber que se adquire na análise. Imaginemos um canalha na posição de analista: ele seria hábil em fazer uso do suposto saber a que a ele é dirigido e poderia agir com toda a má fé que lhe é particular, eximindo-se e autorizando-se a atuar de acordo com seus princípios, e não a partir dos princípios éticos necessários à prática do analista.

Como exemplo, podemos retomar o caso que repercutiu enormemente na comunidade psicanalítica brasileira na década de setenta, momento em que o Brasil passava pela Ditadura Militar. No livro *Não conte a ninguém* (1994), Helena Besserman discorre com detalhes o episódio no qual um médico e analista didata, Amílcar Lobo, teria participado de torturas e mortes realizadas pelo regime militar, sendo encoberto pelo seu psicanalista, Leão Cabernite. Tal fato, embora tenha sido denunciado pela própria Helena Besserman à IPA, não foi alvo de apurações, sendo negligenciado de modo extraordinário pela instituição (MEZAN, 1998). Tal episódio gerou toda uma discussão acerca da ética do psicanalista, havendo um temor, na época, de que analisando refratários ao regime militar pudessem ser denunciados pelos seus analistas. Amílcar Lobo e Leão Cabernite, portanto, podem se configurar como bons exemplos do mal que um canalha pode causar ao ocupar a posição de analista, engendrando, portanto, uma discussão de cunho ético.

4 CONCLUSÃO

Foi-nos possível observar como a psicopatia, quando articulada às elaborações relativas ao “canalha”, torna-se um fenômeno menos obscuro e menos marcado pelo estigma da criminalidade. O psicopata-canalha é, acima de tudo, um sujeito que se coloca em uma posição tal na qual a manipulação do outro toma a cena, ou seja, essa é a sua grande assinatura. Ao termos em mente que muitos dos considerados psicopatas - ou melhor, vários dos indivíduos que preencheriam os critérios sintomatológicos descritos pelo diagnóstico de Transtorno de Personalidade Antissocial - são “canalhas”, tais como os descritos por Lacan e Miller, podemos nos valer de relevantes norteados clínicos.

A partir da recusa de Lacan em tratar os canalhas, temos insumos teóricos que nos possibilitam operar, nem que seja operar por meio de um recuo ético. Desse modo, compreender a canalhice como uma possível chave de leitura da psicopatia, ainda que não seja a única, pode nos auxiliar a lançar luz sobre um fenômeno nebuloso, principalmente no domínio da psicanálise lacaniana. Ao percebermos que um indivíduo que chega ao nosso consultório diagnosticado como psicopata carrega em si uma grande quota de canalhice, devemos ter em perspectiva os três princípios fundamentais (anteriormente elencados) relativos aos motivos pelos quais devemos negar a psicanálise aos canalhas, deixando, tal como fala Lacan, que o mesmo seja capaz de sair do contexto analítico sem se tornar um “idiota” ou um psicanalista canalha, o que seria extremamente perigoso e deletério.

É essencial sublinharmos também que o perigo reside no próprio diagnóstico de psicopatia¹⁰, uma vez que esse, ao ser atribuído a um indivíduo, só o silencia e o engessa em práticas antissociais. O diagnóstico em questão deve ser tratado com a mesma ética à qual Lacan convida os psicanalistas, ou seja, devemos nos

¹⁰ A questão referente ao perigo do diagnóstico de psicopatia é um dos pontos contemplados por um grupo de estudo do qual a pesquisadora faz parte. Tal elemento está sendo esmiuçado em uma tese, ainda inédita, da colega de pesquisa Maria Elisa Campos, doutoranda em Estudos Psicanalíticos na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

aproximar do chamado psicopata com o intuito de ouvi-lo enquanto um sujeito de singularidades e multiplicidades. Seja o tipicamente nomeado como psicopata-canalha, homicida, ou outro qualquer, é fundamental não o concebermos como tal *a priori*, sob o risco de desumanizá-lo. É preciso antes ofertar-lhes a palavra e escutar o sujeito em sua particularidade. Só a partir desse movimento, podemos pensar os rumos a serem tomados no que se refere ao tratamento ou até mesmo no que concerne à sua impossibilidade. Nesse ponto, Lacan marca um limite para a psicanálise, alertando aos psicanalistas que, longe de ser uma panaceia, a psicanálise é uma prática na qual a impossibilidade também está incluída, sendo o canalha um grande exemplo dessa limitação.

Recebido em: 20 de agosto de 2015. **Aprovado em:** 15 de fevereiro de 2016.

Referências

- AUDI, Robert. *Dicionário de filosofia de Cambridge*. São Paulo: Paulus, 2011.
- GOLDENBERG, R. *No círculo cínico ou Caro Lacan, por que negar a psicanálise aos canalhas?* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- LACAN, J. *Estou falando com as paredes: conversas na Capela de Sainte Anne (1971-1972)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.
- _____. *O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise* (1955). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. (O seminário, 2).
- _____. *O saber do psicanalista* (1971-1972). Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife, 2001. (O seminário, 19 - edição pirata).
- _____. *Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- MALEVAL, J. C. Suplência perversa em un sujeto psicótico. In: _____. *La actualidad del sintoma*. Montivideo: Psicolibros Waslala, 2010.
- MEZAN, R. *Interfaces da psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MILLER, J. A. Fundamentos de la perversión. In: *Perversidades* (Colección Orientación Lacaniana). Buenos Aires: Paidós, 2001, p. 15-38.
- MILNER, J.C. *Os nomes indistintos*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2006.
- MONTEFIORE, S. S. *O jovem Stálin*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ROUDINESCO, E. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- SAFATLE, V. *Lacan*. São Paulo: Publifolha, 2007.
- SANTOS, Maria Josefina Medeiros. *Sob o véu da psicopatia*. 2013. 161 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/BUOS-9AHJRJ>>. Acesso em: 04 jun. 2014.
- SOUKI, N. *Hannah Arendt e a banalidade do mal*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

Maria Josefina Medeiros Santos
mariamedeirospsi@yahoo.com.br